

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**As relações de Leonel Brizola com os setores subalternos das
Forças Armadas entre 1959-1964**

César Daniel de Assis Rolim*

Resumo: A ascensão de Leonel Brizola ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1959, significou o início de uma administração que se tornou modelo para o trabalhismo no Brasil. Com forte inserção no meio urbano, característica do PTB, Brizola conseguiu articular ligações com parte significativa das camadas médias da população. A pesquisa se propõe analisar as relações desse político com os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras, em especial o círculo dos sargentos, interessados em maior participação política, durante o período de 1959-1964. Busca-se verificar se a influência de Brizola em setores militares provocou uma divisão nas Forças Armadas Brasileiras nesse período, analisar as conseqüências para o círculo dos sargentos de seu apoio para as ações políticas de Brizola e identificar as conseqüências políticas desse apoio para as ações do mesmo durante sua gestão até o final do governo Goulart.

Palavras-chave: Leonel Brizola - Forças Armadas - Sargentos.

Abstract: The ascension of Leonel Brizola to the government of the State of the Rio Grande do Sul, in 1959, meant the beginning of an administration who if became model for the labourism in Brazil. With strong insertion in the urban way, a characteristic it PTB, Brizola obtained to articulate linkings with significant part of the average layers of the population. The research if considers to analyze the relations of this politician with the subordinate sectors of the Brazilian Armed Forces, in special the circle of the sergeants, interested in bigger participation politics, during the period of 1959-1962. Searchs to verify if the influence of Brizola in military sectors provoked a division in the institution of the Brazilian Armed Forces in this period, to analyze the consequences for the circle of the sergeants of its support for the actions politics of Brizola and to identify to the consequences politics of this support for the actions of the same during its management until the end of the Goulart government

Keywords: Leonel Brizola - Armed Forces - Sergeants.

A ascensão de Leonel Brizola ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1959, significou o início de uma administração que se tornou modelo para o trabalhismo no Brasil. Cánepa (2005) destaca alguns pontos importantes do governo Brizola como a capacidade do governador em mobilizar a sociedade gaúcha na defesa da legalidade, provocando a fissura nas Forças Armadas, uma vez que, contando com o apoio do III

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História - UFRGS.

Exército, impedia a união da corporação numa possível consecução de medidas contrárias à ordem constitucional.

Considera-se que a relação entre os militares e a política é um tema bastante estudado. Segundo Rouquié (1980), se o exército brasileiro mantém um alto nível de coesão institucional, ele não está menos envolvido nas lutas civis e politicamente fracionado pelos interesses presentes nelas. As experiências de militares exercendo cargos executivos, em especial durante o chamado período militar (1964-1985), são conhecidas. A tentativa de políticos exercerem uma influência nos círculos militares, contudo, assim como as conseqüências da mesma para instituição militar, mereceriam uma análise mais detalhada.

Estabelece-se como problemática para a presente pesquisa identificar as estratégias utilizadas por Brizola para obter o apoio de setores subalternos das Forças Armadas brasileiras, em especial do círculo dos sargentos, para suas ações políticas, durante o período em que esteve no governo do Estado do Rio Grande do Sul (1959-1962), até o golpe civil-militar de 1964.

Durante a crise institucional, após a renúncia de Quadros da presidência da República, Brizola promove uma grande mobilização popular no sentido de assegurar a posse de Goulart (vice-presidente que estava em viagem diplomática na China). Segundo Amadeu Felipe, em depoimento à Ridenti (1993) foram os sargentos da Aeronáutica, chefiados por Prestes de Paula, que inviabilizariam o desenvolvimento da “operação mosquito”, organizada por oficiais que pretendiam derrubar o avião que conduzia João Goulart para tomar posse. No Rio Grande do Sul, segundo Felipe, os sargentos do 18º Regimento de Infantaria do Exército jogaram sua força na manutenção da legalidade. Em reportagem da revista *O Cruzeiro* (1961, p. 10), Brizola destacou a importante contribuição dos sargentos ao não seguir as ordens de seus superiores.

A partir desse episódio, segundo Ferreira (2003), o processo de politização foi crescente, pois os sargentos apresentavam-se como o “povo em armas”, aprofundando suas reivindicações, como eleger e serem eleitos para cargos legislativos. A aproximação dos sargentos com os estudantes e os sindicalistas era, em 1963, uma realidade. Com o tempo, muito rapidamente, o movimento cresceu, sendo que uma maioria significativa de seus integrantes passou a seguir a liderança de Leonel Brizola.

Sodré (1965) lembra que os sargentos contestavam a hierarquia militar em busca da conquista de direitos políticos. O foco de seu ressentimento era a diferença entre o status legal dos oficiais em relação aos seus subalternos, pois os oficiais podiam votar e ocupar vários cargos políticos eletivos e nomeados, sem abandonar sua patente. O Artigo 138, da

Constituição Brasileira de 1946, afirmava textualmente: “Art 138 - São inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art. 132.” (BRASIL, 1946)

E o Artigo 132 estabelecia: “Parágrafo único - Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.” (BRASIL, 1946)

Segundo Victor (1965) em virtude daquele dispositivo constitucional, logo após as eleições começaram a ser interpostos recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a diplomação dos eleitos, ocorrendo, porém, a eleição e posse do Sargento Garcia Filho. Para os sargentos das três Armas, a eleição de Garcia Filho representava um acontecimento extraordinário, visto que, nas duas Casas do Congresso, já existiam parlamentares como o General-Deputado Moraes e o Coronel-Deputado Cavalcanti.

Em 12 de setembro de 1963, o STF decidiu pela inelegibilidade dos sargentos. Depois dessa decisão, segundo Victor (1965, p. 494), o Deputado Garcia Filho, acompanhado de Brizola, colocou como princípio fundamental das reivindicações do seu grupo, a derrubada do preceito da Carta Magna que impedia a elegibilidade dos sargentos.

Ferreira (2004) afirma que a aliança que se estabelecia entre o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, organizações de esquerda e o movimento dos sargentos abria novas perspectivas para as lutas reformistas, nacionalistas e populares. Para militantes sindicais, estudantis e de esquerda, surgia a oportunidade de terem o que ainda faltava para o embate com os conservadores: militares em armas. Para os sargentos, o apoio dos movimentos populares os ajudaria a pressionar a cúpula militar na supressão de arbitrariedades e discriminações que sofriam nos quartéis, "democratizando" as Forças Armadas. Para as chefias militares, no entanto, tudo aquilo surgia como algo intolerável.

O governo Goulart, contestado pelas forças conservadoras, sofria também a pressão das esquerdas. O radicalismo e pregação revolucionária dessa coalizão, teriam minado a autoridade do presidente e aberto caminho para o golpe civil-militar de 1964. Com o objetivo de unir os nacionalistas e, desse modo, eleger uma numerosa bancada de parlamentares nas eleições legislativas de outubro de 1962, Brizola e Mauro Borges, governador de Goiás, formaram a Frente de Libertação Nacional que possibilitou o aumento significativo da bancada trabalhista na Câmara dos Deputados.

O radicalismo de setores parlamentares é refletido em manifestações como a do Programa da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, divulgado pelo jornal *Correio da Manhã* (4 de fevereiro de 1964). Essa Frente que representava unicamente o compromisso de seus componentes e do Presidente da República de darem apoio e execução

ao Programa comum, consubstanciado neste documento: elegibilidade dos alistados com exclusão dos analfabetos e com a inclusão dos militares de qualquer categoria, desde que passem para a reserva ao registrarem as suas candidaturas, mesmo em se tratando de oficiais superiores.

Segundo Stepan (1975) o fato de numerosos oficiais se oporem a qualquer tentativa de impedir que Goulart assumisse o cargo tendeu a obscurecer a cisão entre sargentos e oficiais. No entanto, em seguida à luta vitoriosa para instalar Goulart, os sargentos e outros políticos tomaram grande consciência dos novos poderes acumulados pelos sargentos, tanto nas Forças Armadas quanto na política nacional. Isso ocasionou uma clara cisão entre a oficialidade e os seus subalternos, motivando a radicalização dos sargentos.

Nesse contexto insere-se a Revolta dos Sargentos da Aeronáutica e Marinha, em setembro de 1963, onde os manifestantes sofreram uma forte repressão por parte da oficialidade. Em relação a isso, Gorender (1997) classifica como novidade a atuação política dos subalternos das Forças Armadas, com liderança própria e não dirigidos por oficiais, pois foi a primeira vez que sargentos, marinheiros e soldados se apresentaram com reivindicações próprias. Sobre esse movimento, Toledo (1982) aponta que o foco da manifestação seria a luta por melhores condições salariais, alterações dos rígidos regulamentos disciplinares e uma forte contestação ao Art. 138 da Constituição de 1946, que lhes vedava o direito de serem eleitos. Para Toledo (1982, p. 80), as associações de sargentos de todo o país – muitas delas vinculadas à liderança brizolista – uniam-se aos trabalhadores rurais e urbanos, aos estudantes, aos parlamentares nacionalistas na luta pelas reformas. Moraes (1989) afirma que Brizola foi um dos políticos que mais assediou, por sua assessoria e mesmo diretamente, os sargentos.

A politização dos sargentos é ressaltada por Wassermann (2004). A autora afirma que os setores subalternos das Forças Armadas queriam, sobretudo, participar da vida política nacional, alterando na Constituição o artigo que lhes vedava o direito de serem eleitos. Os sargentos para compensar o apoio de parlamentares vinculados ao PTB, em especial Brizola, apoiavam as ações desse político. Stepan (1975) cita uma entrevista do Gen. George Rocha, membro do Estado-Maior do Exército em 1963 e 1964, onde este militar afirma que a idéia de Brizola era que os sargentos podiam ser a chave. O impacto de 1961 foi muito importante. Persuadiu Brizola de que, se pudesse conquistar os sargentos, poderia mobilizar os generais.

O apoio dos parlamentares nacional-reformistas, principalmente do PTB, sob a liderança de Brizola, tinha como contrapartida, segundo Carneiro (1989, p.536), a pressão sob o Congresso advertindo que, se houvesse qualquer tentativa de golpe contra Goulart pela

direita, os sargentos agiriam por conta própria. Esses parlamentares recebiam o apoio dos sargentos das Forças Armadas, em troca de que os deputados pressionassem o poder Executivo à aprovar a reforma eleitoral que possibilitasse às suas candidaturas para cargos legislativos.

A oficialidade condenava peremptoriamente as ações dos seus subalternos. Após o episódio da Revolta dos Sargentos, em 1963, o Gen. Pery Bevilaqua afirmava, em entrevista para o jornal *Estado de São Paulo* de 19 de setembro de 1963, ser humilhante “essa ligação espúria, que arrasta sargentos a empunhar armas contra a Nação, ludibriados por elementos inimigos da Pátria, estimulados à sublevação por políticos inescrupulosos.” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1963)

Ainda em setembro de 1963, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)¹ repudiava as declarações desse general, ao mesmo tempo em que colocava como princípio fundamental de suas reivindicações o direito de os sargentos serem representados nos Legislativos do País. A nota à imprensa ressaltava que é com esse organismo que o governo conta para realizar as reformas de base tão reclamadas pelo povo. Entre os parlamentares que assinavam a nota, encontravam-se Leonel Brizola e o Sargento-Deputado Garcia Filho.

Ao apoio dos subalternos, Brizola retribuía com a defesa da sublevação dos sargentos. Em entrevista ao jornal *Última Hora* (1963), o então Deputado Federal pelo estado da Guanabara declarava-se um apoiador do levante, pois, segundo ele, ocorriam perseguições e transferências injustas por parte da oficialidade das Forças Armadas em relação aos seus subalternos. Essa vinculação era feita também por outros órgãos de imprensa como a revista *O Cruzeiro* (1963, p.44). Esta, em editorial, afirmava que Brizola e sargentos distanciam-se do governo com uma pressão, feita também por estudantes e outros setores sociais que antes eram apoiadores, agora opositores.

Essa influência de Brizola, no círculo dos sargentos, refletia uma ingerência externa em relação às Forças Armadas. Exemplo dessa tentativa de influência, por parte desse político sul-riograndense, ocorreu após a Rebelião dos Marinheiros². Em depoimento ao

¹ Atuando entre 1956-1964, a Frente Parlamentar Nacionalista representou no Congresso Nacional a opção nacionalista de um segmento expressivo da sociedade civil. A autonomia nacional era permanente em seus documentos propositivos. Segundo Delgado (2003, p. 149), apesar da hegemonia de parlamentares recrutados nos quadros do PTB, reuniu deputados e senadores de vários partidos e buscou fundamentos teóricos junto a intelectuais ligados à ala mais nacionalista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Os políticos da Frente assumiram muitas vezes a função de porta-vozes de organizações como o CGT, as Ligas Camponesas e a UNE, junto ao poder Legislativo.

² Movimento contrário à ordem de prisão emitida pelo Ministro da Marinha Silvío Mota, em 25 de março de 1964, contra os participantes da reunião comemorativa ao segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, da qual, segundo Victor (1965), Brizola participava.

Jornal do Brasil (27 de março 1964), o então Deputado afirma que ao invés de cercear ainda mais a liberdade, urge a imediata democratização dos regulamentos militares, incorporando nossos patrícios militares ao processo democrático brasileiro. Em relação à influência externa de civis nas Forças Armadas, Rouquié (1984, p. 127) afirma que a independência burocrática da instituição militar, forte em todos os seus mecanismos, é cuidadosamente preservada por seus membros. Apenas a muito custo a sociedade militar admite a ingerência exterior, mesmo quando esta é requisitada através dos mais altos graduados.

A quebra da hierarquia, seria uma consequência dessas articulações entre setores militares e setores parlamentares. A agressão à hierarquia interna das Forças Armadas é lembrada pelo jornal *O Globo* (1964), em seu candente editorial no terceiro dia após o golpe civil-militar de 1964. Afirmando a existência de um gradual processo de cubanização do país por parte de Goulart, pois este concitava aos subalternos das Forças Armadas a apoiarem-no em suas reformas de base.

Em depoimentos de militares, coletados para a construção de sua obra *A origem social dos militares*, Castro (1994, p.199) identifica que em relação às razões para o golpe, o destaque que surge em todos os relatos é a questão da quebra da hierarquia e disciplina nas Forças Armadas. Eventos como a revolta dos sargentos, revolta dos marinheiros, o comício de Jango no Automóvel Club, são sempre mencionados como fatores detonadores do movimento.

Em relação à quebra da hierarquia interna das Forças Armadas, Stepan (1975) lembra que vários grupos de oficiais estabeleceram várias atividades, quais sejam, investigações e circulação de um relatório especial sobre o Movimento dos Sargentos. O documento apontava que os sargentos estavam ligados aos sindicatos mais militantes e, em alguns casos, aos comunistas. Existia, portanto, uma apreensão crescente por parte da oficialidade frente à mobilização, e articulação com outros grupos sociais, dos sargentos.

Essa apreensão da oficialidade era consequência da visível quebra de hierarquia interna, pois os subalternos mobilizavam-se contra as determinações institucionais das Forças Armadas que impediam à esses militares candidatarem-se à cargos legislativos. A mobilização dos subalternos, em consonância com os demais movimentos sociais, opunha-se frontalmente à oficialidade que, durante a conjuntura estudada, articulava-se contra o governo Goulart. Somado à crescente inconformidade de setores militares, a incapacidade, do governo Goulart, em converter as crescentes reivindicações em programas de governo, provocaram, segundo Stepan (1975), uma retração na confiança civil no regime político contribuindo decisivamente para a estruturação do golpe militar.

O apoio e a conseqüente relação entre parlamentares nacional-reformistas, sob a liderança de Brizola, com os subalternos das Forças Armadas, contudo, configurou-se em uma nítida divisão institucional militar, pois a oficialidade motivou-se para empreender a conspiração contra o governo Goulart. A quebra de hierarquia foi o aspecto central alegado pelos oficiais para reprimir veementemente as ações de seus subalternos.

A forte repressão por parte da oficialidade, apoiada por diversos órgãos de imprensa, em uma conjuntura de crescente oposição ao governo Goulart e aos movimentos sociais, para com os seus subalternos, foi a característica marcante para esses setores militares. Os subalternos não conseguiram obter o direito de candidatarem-se à cargos parlamentares e os participantes da Revolta dos Sargentos foram punidos, refletindo-se numa visível depuração interna aos apoiadores de Brizola e dos parlamentares nacional-reformistas.

Referências bibliográficas:

- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- CARNEIRO, Glauco. **História das revoluções brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- CASTRO, Celso. *A origem social dos militares*. In: RAPOSO, Eduardo. **1964**: 30 anos depois. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. In: _____; FERREIRA, Jorge (org.). **Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; _____ (org.). **Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. **Revista Brasileira de História**. Vol. 24 no. 47. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 4 dez. 2006.
- GORENDER, Jacob. *Era o golpe de 64 inevitável*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964**: visões críticas do golpe. Campinas: UNICAMP, 1997.
- MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROUQUIÉ, Alain. *Les processus politiques dans les partis militaires au Brésil*. In: _____.

Les partis militaires au Brésil. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980

_____. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VICTOR, Mário. **Cinco anos que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WASSERMANN, Cláudia. *O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil*. In: _____; GUAZZELLI, César (org.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Fontes:

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 12 de dez. 2006.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 6 fev. 1964. Disponível em: <www.gedm.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 4 de dez. 2006.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 14 set. 1963. Disponível em: <www.gedm.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 4 de dez. 2006.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 27 março 1964, p. 23.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 2 dez. 1961, p. 10.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 21 set. 1963, p. 44.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 19 set. 1963, 40.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 set. 1963, 23.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 3 abril 1964, p.2.

ÚLTIMA HORA. Porto Alegre, 16 set. 1963, p.6.